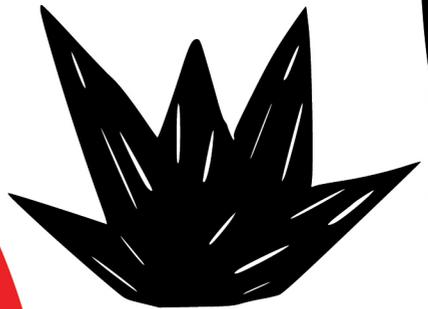




BALANÇO DAS AÇÕES 2024





Caros amigos e amigas:

Com o sentimento de dever cumprido, encerramos mais um ano de trabalho intenso à frente do glorioso e bicentenário Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Foram dias de muita luta diante dos enormes desafios que tivemos de enfrentar. Mas com muita união e perseverança de todos e todas que fazem o Judiciário estadual, podemos dizer que foi também um ano de vitórias.

Ao longo de 2024, enfrentamos um cenário de transformação acelerada, fruto das mudanças que acontecem no mundo, no Brasil e no nosso amado Pernambuco.

Aperfeiçoamos processos administrativos, estabelecemos metas, delegamos tarefas e acompanhamos tudo de perto, sempre com muita confiança no nosso time, que nunca perdeu de vista o objetivo primordial: melhorar continuamente a prestação dos serviços à população pernambucana.

É por ela, e para ela, que trabalhamos incansavelmente em busca de um Judiciário mais humano, eficiente e inovador.

Nosso (a)s servidore (a)s e magistrado(a)s desempenharam um papel fundamental nesse contexto. Foi graças ao empenho e dedicação de

cada um (a) que conseguimos ultrapassar metas e consolidar nosso compromisso com a sociedade. O balanço a seguir traz algumas das nossas realizações.

Reconhecemos, entretanto, que ainda há muito a ser feito. Plantamos uma semente que será colhida no futuro.

Para 2025, nosso planejamento estratégico continuará fundamentado nos mesmos valores. Precisamos buscar a excelência e, para tal, reforçaremos cada vez mais nossos investimentos na área tecnológica. A Inteligência Artificial, que já uma realidade no TJPE, se tornará uma aliada ainda mais forte. Sempre supervisionada por olhos humanos, é a principal ferramenta que temos para fazer frente a um contexto de intensa judicialização.

Seguiremos adiante focando nos esforços também na luta por equidade racial e de gênero. As injustiças históricas nesse campo exigem de nós tomadas de decisões firmes e céleres. E isso não nos faltará.

Reiteramos, por fim, nosso compromisso com a transparência e a eficiência na gestão pública. O TJPE continuará a ser uma instituição de referência, que busca não apenas solucionar conflitos, mas também construir pontes para uma sociedade mais justa e solidária.

Agradeço a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que 2024 fosse um ano de realizações. Com confiança e determinação, seguiremos em frente para fazer de 2025 um ano ainda mais produtivo e transformador.

Ricardo Paes Barreto

Presidente do TJPE

Sumário



- 1. Gestão**
- 2. Sociedade**
- 3. Humanização**
- 4. Tecnologia**
- 5. Ações Sociais e Sustentabilidade**



Gestão



Diretorias Remotas

Com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional no Estado, o TJPE promoveu, no início de maio, uma reorganização nas unidades judiciárias. As varas ficaram ligadas a novas Diretorias, que, por sua vez, passaram a integrar a Central Judiciária de Processamento Remoto de 1º Grau da Capital (Cenjud). A mudança gerou uniformidade, impessoalidade e maior celeridade processual. Com as novas diretorias, o acervo processual total caiu 8,88%. A chamada criticidade processual foi reduzida em 30,91%. Considerando apenas as diretorias, o acervo caiu 6,54% e a criticidade, 31,94%.



Diamante em transparência

O Tribunal recebeu o Selo Diamante, entregue pelo Programa Nacional de Transparência Pública. Para conferir o certificado, os Tribunais de Contas de todo o País avaliaram portais públicos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministérios Públicos, Tribunais de Contas e Defensorias Públicas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. O TJPE alcançou o índice de 100% de transparência.

Rumo ao ouro no CNJ

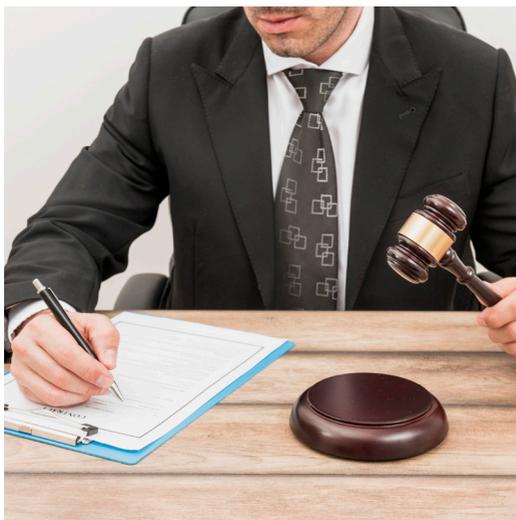


Em 2024, o TJPE recuperou o Selo de Qualidade do CNJ e conseguiu a Prata. A ordem do presidente é ir em busca do Ouro em 2025.



Novas Câmaras

O TJPE passou a contar com seis novos desembargadores e desembargadoras. Eram 52 e, agora, são 58. Foram criadas a 7ª e 8ª Câmaras Cíveis Especializadas, que darão maior celeridade aos processos no segundo grau.



Concurso para a magistratura

O TJPE deu início ao concurso para o provimento de 30 vagas e a formação de cadastro de reserva para o cargo de juiz substituto e juíza substituta da instituição.

Concurso para cartórios

Em paralelo, o Tribunal também deu início ao certame para



preencher 147 vagas através do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco.



Novos magistrados e magistradas

Em reunião com o presidente, os(as) 48 novos(as) juízes(as) pernambucanos(as) escolheram, em março, as suas comarcas de atuação em todo o Estado. Eles passaram por treinamento e qualificação e já estão trabalhando normalmente.



Eficiência

Para racionalizar e agilizar o fluxo de processos relativos a execuções fiscais, o TJPE assinou vários atos de cooperação técnica com prefeituras e com o Governo do Estado. A medida prevê a extinção das ações com valor inferior a R\$ 10 mil que estão sem movimentação útil há mais de um ano, e que não tenham sido encontrados bens penhorados ou passíveis de penhora.



Austeridade

Também na busca por mais eficiência, desde maio o atendimento ao público nas unidades e nos órgãos de 1º grau, nos dias úteis, foi unificado. Acontece das

8h às 14h. Antes, só a comarca do Recife tinha um horário diferente. Não houve prejuízos para a população. Pelo contrário. A economia de energia passou de 20%.

Economia de recursos

Com o objetivo de aprimorar cada vez mais os serviços do Judiciário e zelar pelos recursos financeiros da instituição, o TJPE publicou a Instrução Normativa 45/2024, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações (TIC) do Judiciário pernambucano.



Menos aluguel

Por falar em economia de recursos, o Tribunal devolveu vários imóveis alugados, o que representou uma economia superior a R\$ 1 milhão por ano.



Atendimento

Através do Ato Normativo Conjunto 06/2024, foi instituído o Plantão Judiciário dos Dias Úteis, Cível e Criminal, no 1º Grau de Jurisdição, após o encerramento do expediente destinado ao atendimento ao público.



COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Perto do povo

Juizado do Folião, Juizado do Torcedor, Juizado do Forró, Juizado do Frio e Juizado do Verão. Com unidades itinerantes, o TJPE se aproxima cada vez mais da população com magistrados e servidores a serviço de todos que participam de grandes eventos no Estado, em qualquer época do ano.

Integração com setor produtivo

Durante o ano de 2024 o presidente Ricardo Paes Barreto fez diversas visitas a instituições públicas e privadas em todo o Estado, além de representações diplomáticas. Sua ideia é



aproximar o Judiciário do setor produtivo para compreender as demandas de empresas e associações de trabalhadores. Tudo em nome do desenvolvimento do Estado.



Integração com o Sistema de Justiça

O presidente também priorizou em sua agenda encontros e reuniões com Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública. As boas relações institucionais são fundamentais para o bom andamento do Sistema de Justiça.

Segurança

Com a substituição do PE Conectado, o Tribunal ampliou o serviço de videomonitoramento de 725 para 2.200 câmeras em todo o Estado, com nova tecnologia. Tal serviço

também permitirá instalação de novas catracas de acesso por reconhecimento facial, portais com detectores de metais, botões de pânico nos gabinetes dos magistrados, sensores de alarme, entre outros.



Sociedade

Holiday

A Justiça marcou o leilão do Edifício Holiday, em Boa Viagem, após vários meses de impasse desde que, por questões de segurança, o prédio foi desocupado.



Prédios-caixão

O TJPE teve um papel determinante no Acordo entre a União, a Caixa Econômica Federal, o Estado de Pernambuco, a Confederação Nacional das Seguradoras e os Ministérios Públicos Estadual e Federal. No cerne da questão, a indenização aos mutuários que moravam em mais de 80 prédios que foram “condenados” pelos engenheiros.



Banco Vermelho

Ainda com o objetivo de combater a violência doméstica, apoiamos as iniciativas do Banco Vermelho, instituição que atua diretamente com políticas voltadas para o projeto Femicídio Zero. Em maio, no Palácio da Justiça, foi lançado o site Sinal Vermelho, que permite o acompanhamento sistemático dos processos relativos a feminicídio. Em dezembro, foi lançada a campanha Femicídio Zero.





Em busca da equidade de gênero

A desigualdade de gênero ainda é gritante, mas, aos poucos, o Tribunal está buscando atingir a equidade. Por decisão do presidente Ricardo Paes Barreto, as indicações para a Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) estão sendo alternadas entre magistrados e magistradas. O TJPE foi o primeiro do País a tomar tal decisão. Além disso, empossou duas novas desembargadoras.

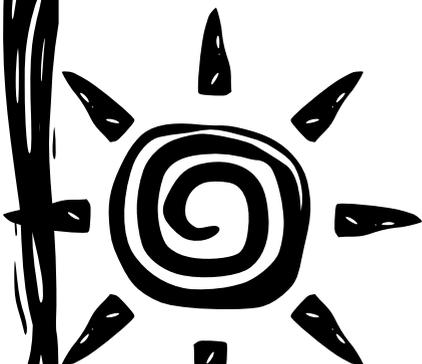


Andrea Brito e Ângela Lins Cavalcanti foram as primeiras mulheres eleitas por meio da regra de paridade de gênero, definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Banco de emprego feminino

Com o propósito de ampliar as oportunidades de inserção de mulheres em situação de violência doméstica, e outras condições de vulnerabilidade, no mercado de trabalho, o TJPE e a Secretaria da Mulher de Pernambuco assinaram, em dezembro, um acordo de cooperação técnica. Com ele, o Tribunal firmou o compromisso de destinar 5% das vagas das suas empresas terceirizadas para essa população.





Combate à violência doméstica

De forma pioneira no Brasil, o TJPE inaugurou o Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade de Caruaru, no Agreste do Estado, em 18 de junho. A iniciativa foi fruto de um trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e o Judiciário, através da Coordenadoria da Mulher, do Núcleo de Informações Estratégicas e Cumprimento de Ordens Judiciais (Nioj) – ligado à Presidência do Tribunal e à Corregedoria Geral da Justiça (CGJPE) – e do Sindicato de Oficiais de Justiça (Sindojus-PE).

Combate ao racismo

Em uma iniciativa para combater o racismo e promover a igualdade racial, o TJPE instituiu a Comissão de Políticas Judiciárias de Equidade Racial e suas Interseccionalidades. A criação da comissão reforça o compromisso da Justiça pernambucana com a promoção da equidade racial e o enfrentamento das desigualdades estruturais na sociedade.



Combate ao crime



O combate ao crime organizado exige novas formas de ação. As iniciativas têm que ser integradas e feitas em conjunto com todas as instituições. Para aprimorar essa luta, o Tribunal instituiu a Vara Regional de Crimes Contra a

Administração Pública, Ordem Tributária, Lavagem de Dinheiro e de Delitos de Organizações Criminosas Colegiada do Estado. O objetivo é implantar uma política efetiva de tramitação dos processos criminais de organizações criminosas, e, por consequência, oferecer maior eficiência na prestação jurisdicional.



Heteroidentificação

Pela primeira vez na história, o TJPE passou a contar com uma Comissão de Heteroidentificação própria. A Comissão Permanente de Heteroidentificação do Poder Judiciário de Pernambuco foi instituída, em fevereiro. Seu primeiro trabalho foi no Exame Nacional da Magistratura.



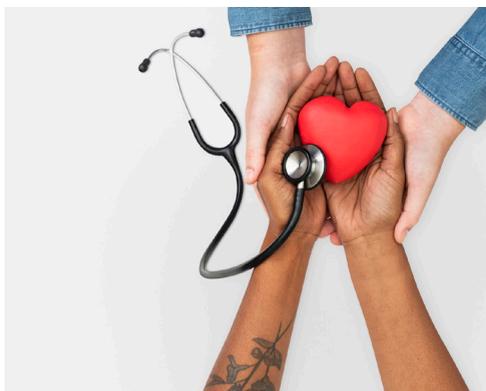


Pacificação

Durante o ano de 2024, magistrados e servidores se envolveram diretamente na mediação de conflitos tanto no campo quanto nas áreas urbanas. No final deste ano, por exemplo a Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) coordenou a conciliação de um conflito agrário na cidade de Jataúba, a 227 km do Recife, devido à ocupação de um terreno particular, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e 145 famílias carentes

Saúde

O TJPE aderiu às campanhas de saúde que têm o objetivo de alertar para a necessidade da prevenção. Todos os meses, o Palácio da Justiça é iluminado com a cor de referência da campanha. O objetivo é sempre alertar as pessoas para a necessidade da prevenção.





Tribunal do Júri

A última edição do Mês Nacional do Júri em Pernambuco atingiu um índice de 85,19% de realização dos julgamentos em relação ao número das sessões designadas entre os dias 1º e 29 de novembro, que totalizaram 635, sendo que 541 foram efetivadas. Em relação a 2023, houve um aumento de 6,63% neste índice, já que naquele ano ele ficou em 78,56%.





Nova chance

Com o objetivo de promover políticas públicas de acolhimento de pessoas egressas do sistema prisional, foi inaugurado, em abril, o Escritório Social de Olinda.

Humanização



Reajuste salarial

Foram reajustados os vencimentos dos cargos de provimento efetivo e comissionado. O percentual de aumento foi de 5%, acima da inflação de 2023, que foi de 4,62%. Além disso, houve a alteração nos valores da gratificação de Risco de Vida e da Indenização de Transporte.



Progressão

O TJPE atendeu a um antigo pleito de parte dos servidores e servidoras. Desde abril, o pessoal que está à disposição de outros órgãos também pode progredir na carreira

Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)

PAI

O Plano de Aposentadoria Incentivada já teve adesão de 110 servidores. Instituído pela lei estadual 18.145/2023, o PAI tem o propósito de estimular a aposentadoria voluntária de servidores(as) efetivos(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Carteiras funcionais

As novas carteiras funcionais (físicas e virtuais) de magistrados e magistradas, de servidores e servidoras foram entregues.



Palácio bem cuidado

Um ambiente de trabalho agradável, bonito e limpo estimula a produtividade porque as pessoas se sentem melhor. Em se tratando do belo e histórico Palácio da Justiça, sede do Judiciário estadual, a obrigação é ainda maior. Pensando nisso, o TJPE recuperou, embelezou e iluminou a sede do Judiciário pernambucano. Vários ambientes foram recuperados e restaurados, elevadores novos foram instalados. Do lado de fora, um belo jardim já chama a atenção das pessoas.





Obras e Reformas

A atual Gestão do TJPE vem desenvolvendo obras de reforma e melhorias em vários prédios do Judiciário. Só em 2024 foram 126 obras na área de acabamento, 564 na parte elétrica e 287 na refrigeração. Isso em todas as regiões de Pernambuco. A ordem do presidente Ricardo Paes Barreto é para que todos os prédios do TJPE sejam limpos, bem cuidados e com tudo funcionando corretamente.



Fórum do Recife

No Fórum do Recife, por exemplo, o TJPE promoveu não apenas a revitalização da fachada do prédio, mas também da estrutura interna, para proporcionar mais segurança e conforto para todos e todas que frequentam o edifício.

Tecnologia



Alvarás via PIX

Advogados e advogadas de Pernambuco já podem receber seus honorários contratuais através de alvarás pagos via Pix. A inovação, que trouxe mais facilidade e conforto para os(as) profissionais, está em

vigor no TJPE desde setembro. A iniciativa foi possível graças ao Sistema de Controle de Depósito Judiciais (SisconDJ).

Mais facilidades

Em parceria com o Banco do Brasil, o TJPE disponibilizou, no mês de novembro, o acolhimento de depósitos judiciais via QR Code Pix para as partes e os advogados(as). O objetivo da medida é tornar mais ágil esse procedimento com opção de pagamento de forma simples e instantânea.





PJE melhor

Com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos, o Tribunal concluiu, em agosto, a migração do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para infraestrutura tecnológica de nuvem. Dois meses depois, lançou nova versão do PJe. Com a atualização, novas funcionalidades passaram a integrar o sistema, que ganhou melhorias e reparos.

Decisômetro



Implantado em março, o Decisômetro é uma ferramenta tecnológica para permitir que as pessoas acompanhem a produtividade do Judiciário estadual. Com um simples clique qualquer pessoa pode ter acesso à quantidade de decisões, despachos e julgamentos do primeiro grau, dos Juizados e do segundo grau. O serviço está disponível no site

do Tribunal e é apresentado também em telas que ficam na entrada dos fóruns. Desde janeiro, já foram mais de 2,7 milhões de decisões.



Transparência

Reformulamos e aperfeiçoamos nosso Portal da Transparência. Agora ficou muito mais fácil para a sociedade ter acesso a diversas informações, principalmente em relação ao uso de recursos públicos.



Novo Portal

O Portal de Serviços Jus.br foi lançado pelo CNJ no dia 02 de dezembro, no Encontro Nacional do Judiciário. O TJPE realizou a integração do PJe com o portal,

bem como providenciou os demais requisitos dentro do prazo estabelecido pelo CNJ.



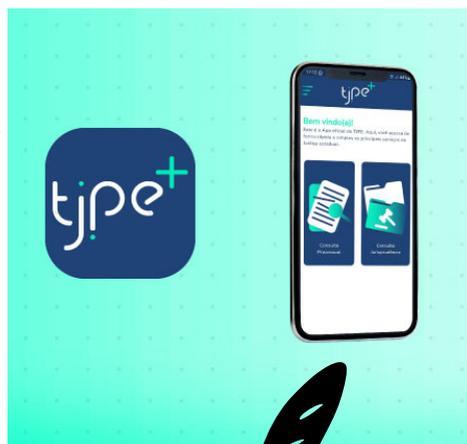
Revolução digital

O TJPE promoverá, em 2025, um projeto de transformação digital para melhoria da prestação de serviços à população e

aos operadores de direito com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A instituição financeira aprovou, neste mês de dezembro, empréstimo de US\$ 32,8 milhões (cerca de R\$ 199 milhões) com o objetivo apoiar ações para a implementação de novas tecnologias que resultem em mais eficiência e efetividade no atendimento à população.

Na palma da mão

Desenvolvido em parceria com o Porto Digital, o aplicativo TJPE + já uma realidade. Com ele, é possível checar, entre outras informações, andamento de processos, jurisprudência, contatos do Tribunal e prestar queixa nos juizados, inclusive por áudio.



Inovação

O TJPE desenvolveu a ferramenta Laura, destinada a auxiliar a realização de cálculos judiciais e custas processuais. Seu papel é agilizar e otimizar o trabalho dos servidores, proporcionando maior rapidez e exatidão nas atividades burocráticas relacionadas a cálculos e custas processuais.



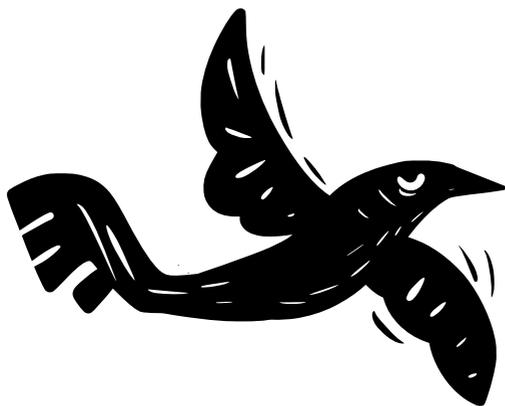
Reconhecimento

O TJPE foi destaque no Prêmio de Inovação CNJ. O Tribunal venceu com o Justiça Aqui e o Bastião, e foi finalista com o Laura e o Devir. Todos os projetos foram desenvolvidos por servidores da casa.



Administração

Com o Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança (Sigac), ficou mais fácil administrar a gestão de recursos arrecadados pelo Tribunal. Foram disponibilizados em 2024 os módulos de atendimento (restituição de valores de valores de custas pagos indevidamente), Certidão de Débito e Integração com Correios (e-carta).



AÇÕES SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE



Dignidade

Em agosto, o TJPE completou 202 anos de história. A celebração da data teve início, no dia 15, com uma ação de cidadania promovida pelo Nupemec e instituições parceiras da esfera pública e privada, no Pátio do

Carmo, em Recife. O evento foi voltado ao oferecimento de diversos serviços de cidadania para a população presente no local. Foram atendidas 3.200 pessoas, com destaque para mais de 500 pessoas em situação de rua.

Casas de Cidadania

O Nupemec, aliás, instalou oito casas de Cidadania neste ano em todo o Estado. Outras seis estão prontas para serem inauguradas.





Infância

O TJPE, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), lançou o Plano de Ação Estadual da Política Judiciária para a Primeira Infância 2024 - 2030. O documento, que é uma das

prioridades do CNJ em todo o país, tem como objetivo investir no desenvolvimento de capacidades institucionais para a garantia integral e integrada dos direitos atinentes à Primeira Infância, direcionada a crianças de 0 a seis anos de idade.

Casa própria

O Moradia Legal de Pernambuco superou a marca de 36 mil títulos de imóveis entregues gratuitamente a famílias pernambucanas, sendo 70% dos documentos em nome de mulheres.



Moradia Legal
Pernambuco

Dignidade e direito à moradia regular

CARTILHA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS



Cartilha

Em linha com as prioridades definidas pelo CNJ, o Tribunal elaborou a cartilha referente a contratações sustentáveis.



Campanha

Durante 2024, foi desenvolvida campanha para estimular as pessoas a evitarem o uso de copos plásticos. Tudo de olho no meio ambiente.



Imagens
Núcleo de Fotografia ASCOM TJPE

Diagramação e Design
Pablo Carvalho

Texto
Saulo Moreira

Produção:
Ascom TJPE



Saulo Moreira — Assessor de Comunicação

Paula Imperiano — Assessora Adjunta de Comunicação

Mariana Pelizzi — Chefe do Núcleo de Publicidade

David Jansen — Chefe do Núcleo de Design

Ivone Veloso — Chefe do Núcleo de Imprensa

A concepção gráfica desta cartilha foi inspirada na obra de J.Borges, poeta e xilogravurista que morreu em julho passado.

